



ATA DA SÉTIMA SESSÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DIRETOR DO CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA CELSO SUCKOW DA FONSECA. RIO DE JANEIRO, 28 DE NOVEMBRO DE 2014.

Aos vinte e oito dias do mês de novembro de dois mil e quatorze, às onze horas e trinta minutos, na Sala de Reuniões do Gabinete da Direção-Geral, foi realizada a sétima sessão ordinária do Conselho Diretor, à qual compareceram o Sr. Presidente Carlos Henrique Figueiredo Alves e os conselheiros Rosane Chaves Gaspar e Leila Marques da Silva (representantes dos técnico-administrativos), Hélio Vargas Chaves de Souza (doravante Hélio Vargas) e Patrícia Guimarães Crossetti (doravante Patrícia Crossetti) (representantes, respectivamente, titular e suplente dos docentes da carreira do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico – EBTT), Maria Renilda Nery Barreto (doravante Renilda) e Mario Luiz de Souza (doravante Mario) (representantes, respectivamente, titular e suplente dos docentes da carreira do Ensino básico, Técnico e Tecnológico – EBTT), Miriam Carmem M. da Nóbrega Pacheco e Paulo Félix da Silva Filho (representantes, respectivamente, titular e suplente dos docentes da carreira do Ensino Superior), Marilda Pimenta Melo (representante da Federação da Indústria do Estado do Rio de Janeiro – FIRJAN), Jurandyr Machado da Cunha e Janes Ivantes Rage (representantes da Associação dos Ex-Alunos). Como convidados, estiveram presentes: Paulo Cesar Bittencourt (servidor docente), Alberto Lima (presidente da ADCEFET), Rhayane Paiva, Lucas Camilo e Mateus Miceli (alunos da Educação Profissional Técnica de Nível Médio). Dando início ao **Expediente Inicial**, o Senhor Presidente justificou a alteração de horário da sessão, informando que estava participando do fechamento da auditoria da CGU, onde foram feitos acertos no relatório. Dando início à posse dos novos conselheiros, parabenizou-os e procedeu a posse na seguinte ordem: Hélio Vargas Chaves de Souza (titular), Patrícia Guimarães Crossetti (suplente), Maria Renilda Nery Barreto (titular), Mario Luiz de Souza (suplente), Miriam Carmem M. da Nóbrega Pacheco (titular), Paulo Félix da Silva Filho (suplente), Marilda Pimenta Melo, Jurandyr Machado da Cunha e Janes Ivantes Rage. Em seguida, explicou que os membros discentes já haviam sido escolhidos e seus nomes seriam encaminhados ao MEC o quanto antes. Terminado o processo, submeteu as atas da quarta e quinta sessões ordinárias para aprovação. O conselheiro Hélio Vargas pediu que na ata da quinta sessão fosse ressaltado e ratificado que os equipamentos comprados para o laboratório de Elétrica seriam de uso compartilhado para aulas de laboratório da Coordenação de Eletrotécnica, pois foi essa a tratativa. Ainda com o uso da palavra, o mesmo conselheiro solicitou ao senhor presidente que fosse encaminhado um ofício ao MEC a fim de republicar a portaria de nomeação dos novos conselheiros Hélio Vargas, Patrícia Crossetti, Renilda e Mario com as retificações de seus respectivos cargos públicos para Ensino Básico, Técnico e Tecnológico - EBTT, por ser esta a denominação da carreira, conforme a legislação vigente do Magistério Federal, em vez de Ensino Básico e Técnico. O conselheiro Paulo Félix pediu esclarecimentos quanto à Comissão formada para tratar do regimento dos conselhos dos *campi*, que constava na ata da quinta sessão. O Senhor Presidente explicou que a Comissão foi formada para colher o material recebido de todos os *campi* e formar um documento único, que regesse todos os conselhos de *campi*, porém, nem todos os *campi* mandaram o material a tempo e os conselheiros da comissão perderam o mandato no CODIR. Dessa forma, ficou acordado que seria formada uma nova comissão na próxima sessão, em 12/12/2014. Finalizadas as observações, as atas foram aprovadas. O convidado Bittencourt declarou sua emoção por estar presente na sessão na qualidade de docente da casa há quarenta anos, em exercício contínuo de regência de classe, independentemente de estar Diretor do Campus

6



45 Petrópolis. Agradecendo ao Presidente a oportunidade concedida, lembrou aos conselheiros a importância histórica do Conselho Diretor, o “Legislativo Máximo” do CEFET/RJ. Citou que teve a honra de participar de incontáveis sessões, algumas históricas. Destacou as discussões para a aprovação de eleições para Diretor-Geral do CEFET/RJ, inicialmente com lista sextupla, até 1986 não permitidas, de uma vaga para um discente no referido Conselho, do polêmico voto paritário, dentre muitas outras. Algumas lutas foram difíceis, muitas vezes vencidas pela mobilização intensa da comunidade. Nunca participou como Conselheiro e sim como convidado, mas isto nunca impediu que suas propostas fossem acatadas por conselheiros e transformadas em Resoluções. Algumas isoladamente, como professor, outras como Diretor da ADCEFET/RJ e representante dos docentes da instituição. Em 2007 foi eleito um dos dois Conselheiros representantes do Ensino Médio e Técnico mas, infelizmente, sem que saiba até hoje a razão clara, não foi nomeado, assim como os demais eleitos naquele pleito. O Conselho, na sua ótica, foi o espaço da verdadeira redemocratização do CEFET/RJ. Fez um apelo aos novos conselheiros para que não deixassem apagar esta história, agindo sempre focados numa política de estado e não de governo. Que assegurassem a independência do Conselho Diretor em relação ao Executivo Institucional, fazendo com que todo o poder emanado do povo (comunidade do CEFET/RJ) em seu nome seja exercido. Manifestou seu orgulho por ter ajudado a criar a vaga para os alunos mas, ao mesmo tempo, uma grande preocupação pela possibilidade de jovens, muitos crianças/adolescentes, e até menores de idade, virem a discutir e aprovar questões como aprovação de orçamentos, convênios, etc... previstas nas atribuições regimentais. Fez um apelo para que cada conselheiro visse no Conselheiro aluno alguém como seu próprio filho, aprendendo a exercer a cidadania e, portanto, ajudando-o e motivando-o permanentemente. Finalizou solicitando que os senhores Conselheiros priorizassem em suas discussões, por exemplo, a aprovação definitiva do Regimento do CEFET/RJ, previsto nos Artigos 6º e 41 do novo Estatuto do CEFET/RJ, aprovado por intermédio da Portaria nº 3.796 de 1º de novembro de 2005. Esta ação com certeza viria resolver uma série de delicadas vulnerabilidades Institucionais, incluindo os regimentos das Unidades de Ensino e dos respectivos Conselhos das Unidades. Ao final, o plenário manifestou-se com uma salva de palmas. Em seguida, o Senhor Presidente deu início ao item 2.2 **Portarias “ad referendum”**, quando explicou aos conselheiros que no período em que a Instituição estava sem Conselho, foi necessário assinar algumas Portarias “ad referendum”, de processos mais urgentes, que não podiam aguardar a posse dos novos conselheiros. Ressaltou que tomou todo cuidado para que não fossem assinadas muitas Portarias “ad referendum”, somente o necessário. Em seguida, leu cada Portaria para os Conselheiros e foi submetendo-as à aprovação na seguinte ordem: Portaria 578, de 12/05/2014; 712, de 20/06/2014; 713, de 20/06/2014; 1050, de 19/09/2014; 1115, de 15/10/2014; 1218, de 14/11/2014; 953, de 28/08/2014, 954, de 28/08/2014; 1082, de 01/10/2014; 1083, de 01/10/2014; 954; 1160, de 31/10/2014 e 1055, de 23/09/2014. Todas foram aprovadas por unanimidade. Passou ao item 2.3 **Eleições para Diretor Geral**, solicitou voluntários para integrarem a comissão responsável por tratar da evolução dos procedimentos para Eleição do Diretor Geral. A comissão foi formada pelos conselheiros Leila (presidente), Hélio Vargas e Maria Renilda. Passando ao Expediente Final, **Assuntos Gerais**, o Senhor Presidente solicitou que os discentes convidados explicassem o processo de escolha dos representantes discentes para o CODIR. O convidado Lucas explicou que o processo de escolha foi feito com a participação de representantes de todos os *campi* do CEFET/RJ e que ao consultarem a comunidade estudantil surgiram duas chapas para preenchimento das cadeiras. A convidada Rhayane explicou que as duas chapas eram compostas da seguinte forma: Chapa 1- um titular do Maracanã e suplente de Maria da Graça; Chapa 2 - um titular e um suplente de Nova Iguaçu. Diante da situação, os representantes se reuniram novamente para chegar a um consenso sobre qual chapa seria a vencedora, sendo a primeira chapa eleita.



Em seguida, pediu esclarecimentos ao Presidente sobre a sessão do CODIR não ter sido adiada, uma vez que o Conselho estava sem representação discente. O Senhor Presidente primeiramente complementou a explicação da convidada, ressaltando que a escolha dos representantes discentes foi aberta a qualquer aluno e não somente aos representantes dos grêmios, por isso os Grêmios consultaram a comunidade. Explicou que se não houvesse consenso sobre qual chapa seria a vencedora, haveria eleição, mas como houve consenso, os nomes seriam encaminhados ao MEC o quanto antes. Solicitou que o Conselho acatasse a voz e o voto dos representantes discentes daquele momento até que saísse a Portaria do MEC. A conselheira Rosane lembrou que o mandato de quatro anos para representação discente acabava deixando a cadeira descoberta, como ocorrera no mandato anterior, em virtude do representante ter passado a condição de ex aluno do CEFET/RJ. A convidada Rhayane ressaltou que ela era do segundo ano e sua suplente do primeiro ano, do ensino integrado, que teria duração de quatro anos. O convidado Bittencourt lembrou que a questão do mandato dos discentes estava atrelada ao Estatuto do CEFET/RJ, em seus Artigos 8º e 9º, o qual, infelizmente, não explicitou não só o mandato discente como a forma de provimento da vaga. O Senhor Presidente declarou que o próprio Estatuto estava em desacordo com a atual composição do CODIR, pois previa uma configuração muito maior de conselheiros e que era preciso ser revisto. A conselheira Miriam solicitou que os conselheiros discentes explicassem aos colegas a importância da participação deles nos Conselhos da instituição, ressaltando as dificuldades em fortalecer tal participação, principalmente na graduação. O Senhor Presidente enfatizou que além dos Conselhos, era necessário fortalecer a participação discente nos colegiados. A convidada Rhayane declarou que muitos alunos desconhecem a existência dos conselhos, pois não há divulgação. O Senhor Presidente sugeriu que fosse oferecida, no início de cada período, uma palestra onde fosse apresentada a estrutura Institucional aos alunos. O convidado Bittencourt ressaltou que o desconhecimento da estrutura orgânica institucional não era privilégio dos alunos. Muitos servidores (docentes e administrativos) também desconhecem e não podemos culpá-los por isto. É uma questão nacional complexa, relacionada com a politização dos cidadãos. Sugere que os docentes, de todas as áreas, trabalhem isto no âmbito de suas atribuições em sala de aula, pois é parte da cidadania. Disse fazer isto há décadas, durante as aulas ministradas no Curso Técnico de Eletrônica, com resultados sempre extremamente exitosos, e de grande interesse para os alunos, envolvendo inclusive vetores externos (nacionais e internacionais). Em relação ao Evento de homenagens, o Senhor Presidente sugeriu que as homenagens internas fossem feitas ainda em 2014 e que as homenagens externas fossem transferidas para 2015. Todos concordaram. Ficou acordado que as datas seriam fechadas na próxima sessão, em 12/12/2014. O Senhor Presidente declarou que era preciso rever as homenagens de 25 anos de serviço, pois não concordava que estas servissem para progressão no RSC, uma vez que a instituição já possuía uma série de meios para progressão, como a RAD, por exemplo. A conselheira Rosane pediu cautela com relação a este item, lembrando que está em discussão o RSC para os servidores técnico-administrativos, e neste caso, ressaltou que a experiência obtida pelo tempo de serviço para a categoria é fundamental, por tratar-se de carreira distinta da carreira do magistério e também com funções específicas. A conselheira Miriam defendeu que o RSC era o documento mais completo, em termos de progressão, que a instituição possuía. O conselheiro Hélio Vargas alertou para o fato de que a direção-geral deve implantar imediatamente uma unidade corregedora da Controladoria Geral da União - CGU – no âmbito do CEFET/RJ, cujas atividades não se confundem nem concorrem com as da nossa Auditoria Interna, visto que ela (a unidade corregedora) dedica-se exclusivamente às questões envolvendo processos administrativos referentes a Sindicâncias e Processos Administrativos Disciplinares – PAD. Destacou ainda que essa é uma exigência da CGU imposta a toda Administração Pública Federal e que o CEFET



não tardará a ser questionado pela demora do cumprimento da exigência, e que nossa instituição é uma das pouquíssimas instituições que estão em desacordo com a legislação, conforme pode ser observado no sítio eletrônico daquela Controladoria. A convidada Rhayane declarou que os discentes enviaram propostas relativas ao PDI, para a DIGES, mas a mesma respondeu que tais propostas não eram concretas. Diante disso, os alunos fizeram um documento para o Diretor Geral, em repúdio ao processo de elaboração do PDI e solicitou que o CODIR tomasse conhecimento de tal documento, onde os alunos, entre outras questões, colocavam-se contra o Projeto Universidade. Desta forma, fez a leitura para os conselheiros. Terminada a leitura, solicitou que o processo de elaboração do PDI fosse adiado. O Senhor Presidente declarou que o projeto Universidade já havia sido discutido e aprovado em todas as instâncias institucionais e que não caberia a cada nova geração de alunos retomá-lo. O convidado Lucas explicou que em conversa com vários docentes, nenhum soube explicar o projeto. A convidada Rhayane declarou que o projeto Universidade de Ciências Aplicadas era novo e os alunos não sabiam no que consistia. A conselheira Rosane lembrou que a discussão estava ocorrendo nos colegiados, por isso, a participação discente nesses fóruns era tão importante. A convidada Rhayane lembrou que o ano letivo estava chegando ao fim, por isso, não teriam tempo hábil para discutirem o processo do PDI com a comunidade. Diante disso, solicitou o adiamento do processo. O convidado Alberto, baseando-se nas discussões que vinham ocorrendo nas Assembleias da ADCEFET, declarou que o desejo do adiamento do processo era da comunidade. Argumentou que o processo do PDI foi iniciado em outubro e que não houve abertura para discussão do mesmo na comunidade. Alegou que o encaminhamento de sugestões por *e-mail*, conforme estava sendo feito, não eram suficientes. Ressaltou que o documento era de extrema importância para a instituição, pois iria norteá-la pelos próximos cinco anos, por isso, precisava de mais tempo para ser discutido e garantir sua legitimidade. Por fim, lembrou aos Conselheiros que eles poderiam avaliar essas reivindicações, uma vez que o documento teria que passar pelo Conselho. O convidado Bittencourt declarou que era preciso melhorar os meios de comunicação na instituição. Declarou também que, na sua percepção, há um desestímulo muito grande por parte dos docentes em contribuírem com as discussões e achava muito bom o interesse dos alunos, mas o interesse deveria partir de todos. A conselheira Miriam alertou que houve falha no processo de comunicação entre a DIGES e os colegiados e que o DEPES tinha que ter participado muito mais das discussões. Segundo a conselheira, isso pode ter originado o efeito dominó que estava ocorrendo. Ressaltou que não estava falando de pessoas, especificamente, mas sim, da situação. A conselheira Rosane informou que o Diretor da Pesquisa e Pós-Graduação solicitou contribuições no Conselho de Pesquisa e pediu aos conselheiros que divulgasse nos respectivos Colegiados. O Senhor Presidente lembrou que o PDI não havia sido fechado, que ainda estava em discussão e que ainda não havia tramitado em nenhum conselho da Instituição. Informou que cada *campus* teria um responsável pela discussão, com supervisão da DIGES. Ressaltou que não havia prazo determinado para fechamento do PDI e que tanto ele, quanto a DIGES estavam abertos para sugestões. Lembrou também que o CODIR poderia alterar o documento. Alertou que houve assembleia para discutir o PDI e somente dez pessoas compareceram. A convidada Rhayane perguntou quando a referida assembleia havia sido divulgada. O Senhor Presidente respondeu que foi pelo *site* institucional, um meio legal de divulgação e solicitou que acompanhassem o *site*. O conselheiro Mário defendeu que a divulgação de assuntos tão pertinentes, não deveria ocorrer somente pelo *site*, mas também nas coordenações. Ressaltou que não conhecia nenhum colegiado do médio que tenha participado da discussão do PDI e que faltaram esclarecimentos quanto a prazos, como trabalhar, entre outros. O Senhor Presidente colocou-se à disposição para trabalhar de forma conjunta com a comunidade. Ficou de averiguar com a DIGES como eles deram prosseguimento ao processo. Nada mais havendo a tratar, o Senhor

9



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA CELSO SUCKOW DA FONSECA
CONSELHO DIRETOR

Presidente encerrou a sessão e agradeceu a presença de todos. Lavro a presente ata, que segue assinada por mim, Luciana Carvalho de Oliveira, na qualidade de Secretária e pelo Senhor Presidente, Carlos Henrique Figueiredo Alves.

A handwritten signature in black ink, appearing to be 'Luciana', enclosed within a large, loopy oval scribble.